



Poder Executivo D. Of. 11/6/76



ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 3 744 DE 10 DE JUNHO DE 1 976.

Altera a Lei nº 3.307, de 18 de de zembro de 1972, que reservou terras devo lutas no Município de Aripuaña à CODE MAT, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do <u>Es</u> tado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - As terras devolutas, situadas no Município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã e os aldeamentos permanentes de índios, se existentes, reservadas à CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, pela Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1 972, são destinadas à colonização e alienação.

Artigo 2º - A colonização, a cargo da CODEMAT , efetuar-se-á de acordo com as disposições do Decreto nº 1.138, de 30 de abril de 1 970, elaborado com base no Estatuto da terra (LEI FEDERAL nº 4.504, de 30/11/64).

Artigo 3º - A alienação de lotes das áreas reservadas à CODEMAT, no Município de Aripuanã, será efetuada mediante licitação pública, até o limite máximo de tres mil hectares para cada licitante, pessoas física ou jurídica.

Artigo 4º - Compete à CODEMAT, quanto as terras devolutas a ela reservadas:

a) elaborar os projetos de colonização, submete<u>n</u> do-os à aprovação do INCRÁ;

b) adotar as providências pertinentes à licitação pública, para alienação;

) (2007)

)? ...eore



- c) dimensionar os lotes a serem alienados, a partir do módulo da região e de acordo com o tipo de exploração da terra, até o máximo de hectares;
- d) os serviços topográficos, quando não efetu<u>a</u> dos diretamente pela CODEMAT, serão executados mediante lic<u>i</u> tação pública.

Artigo 5º - A licitação pública a que se refere o artigo 3º, se fiará obedecendo o disposto nesta lei.

Artigo 6º - Nenhum licitante poderá adquirir mais de um lote, qualquer que seja a área dimensionada.

Artigo 7º - O pagamento do lote licitado podera ser feito em prestações, até o prazo máximo de trinta e seis meses.

§1º - Acolhida a proposta, o licitante efetua rá o pagamento, à CODEMAT, de parcela equivalente a trinta por cento do seu valor, mediante recibo, no qual será descri to e individualizado o lote adquirido.

§2º - Os pagamentos subsequentes, serão feitos
em parcelas semestrais e de iguais valores.

§3º - Na ocorrência de atraso no pagamento, se rão cobrados juros de mora de hum por cento ao mês e, sendo o inadimplemento superior a noventa dias, perde o licitante, o lote adquirido, sem direito a devolução das parcelas já pagas.

Artigo 8º - No prazo referido no artigo anterior, o licitante fará prova da exploração agrícola ou pecuária de pelo menos vinte por cento da área explorável, mantendo a reserva florestal de cinquenta por cento da área total do lote, como determina a Lei nº 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal).

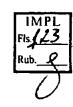
Artigo 9º - Cabe à CODEMAT, fiscalizar o cumpr<u>i</u> mento das exigências previstas nos artigos anteriores, incu<u>m</u> bindo-lhe, afinal, encaminhar o respectivo processo de licit<u>a</u> ção ao Governador do Estado, para autorizar a lavratura da

A Can

17

MHT

L



escritura definitiva, em cujo atp será representado pelos D<u>i</u> retores Presidente e Superintendente da Companhia de Dese<u>n</u> volvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT.

Artigo 10 - No prazo de noventa dias, o Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente lei.

Artigo II - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 10 de junho de 1976, 155º da Independência e 88º da República.

The services of sol or

Régistrada as flo.
1190, 190, 1201, et 121, do
lino competente.
Shor-23. so. 86.

July 1.